



LDO e vetos podem ser votados hoje em sessão do Congresso

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias precisa ser aprovado para que o governo possa elaborar o Orçamento de 2020. Salário mínimo deve ser reajustado pela inflação

O Congresso Nacional faz hoje uma sessão conjunta para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. O texto foi aprovado no início de agosto pela Comissão Mista de Orçamento e mantém a proposta original do Executivo de reajuste do salário mínimo pela inflação, sem ganhos reais. Além da LDO, estão na pauta do Congresso 15 vetos presidenciais, entre eles o da gratuidade para bagagens de até 23 quilos nos aviões e o que extinguiu vários trechos da Lei de Abuso de Autoridade. Das 53 condutas tipificadas como abusivas, 23 foram vetadas. **3**



Sessão do Congresso Nacional no Plenário da Câmara dos Deputados comandada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ao lado do senador Marcos do Val

Marcos Oliveira/Agência Senado — 28/8/2019



Jefferson Rudy/Agência Senado

Uma sessão especial no Plenário do Senado homenageou ontem a professora de fitoterapia Terezinha Rêgo, de 86 anos, pelos relevantes serviços prestados à ciência e à população carente do Maranhão e pela formação de novos farmacêuticos. Um dos autores do requerimento para a homenagem, o senador Weverton (C), ao lado do deputado Gil Cutrim, destacou o respeito internacional aos resultados da fitoterapia

Cobrança de IR sobre lucros e dividendos será analisada hoje

Proposta que prevê a cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos por pessoa jurídica a sócio ou acionista será analisada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos. De Otto Alencar, o projeto elimina a atual isenção do IRPJ sobre lucros e dividendos e estabelece o percentual em 15%, descontado na fonte. **3**

Voto no exterior em deputados é tema de debate em colegiado

A Comissão de Relações Exteriores debate hoje a PEC que estende aos brasileiros residentes no exterior o direito de voto em eleições para deputado. Foram convidados o ex-senador Cristovam Buarque, um dos autores da PEC, a diretora do Departamento Consular do Itamaraty, Maria Luiza Silva, e representantes de brasileiros no exterior. **4**

Sancionada Lei da Liberdade Econômica **2**

Nova lei antecipa honorários de peritos do INSS **2**

Comissão analisa Programa Médicos pelo Brasil **4**

Projeto facilita pagar cartão emitido por lojas **3**

Debatedores pedem inclusão de xeroderma entre doenças raras

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, especialistas discutiram como amparar os portadores do xeroderma pigmentoso, doença que causa lesões, câncer na pele e em órgãos internos. Eles pediram a aprovação de dois projetos que estão na Câmara dos Deputados, já aprovados pelos senadores, que incluem os portadores em programas para doenças raras e em regras especiais de aposentadoria. **4**



Representante do Instituto Vidas Raras, Regina Procópio fala em debate conduzido pelo senador Paulo Paim

Genildo Magela/Agência Senado

Liberdade econômica para empresas é sancionada

Foi sancionada e publicada na sexta-feira, com cinco vetos, norma que simplifica processos, flexibiliza regras trabalhistas e dá preferência à emissão de carteiras de trabalho por meio eletrônico

A MEDIDA PROVISÓRIA que desburocratiza e simplifica processos para empresas e empreendedores e flexibiliza regras trabalhistas agora é lei e já está em vigor. A Lei 13.874 foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na sexta-feira, com cinco vetos, e publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*.

O texto é originado da MP 881/2019, apelidada de MP da Liberdade Econômica, aprovada pelo Senado em 21 de agosto. A lei dispensa de registro de ponto as empresas com até 20 empregados e elimina alvarás para atividades consideradas de baixo risco. Também separa o patrimônio dos sócios de empresas das dívidas de uma pessoa jurídica e proíbe que bens de um mesmo grupo empresarial sejam usa-

dos para quitar débitos de uma das empresas. De acordo com a lei, se observadas normas de proteção ao meio ambiente, condominiais, de vizinhança e leis trabalhistas, qualquer atividade econômica poderá ser exercida em qualquer horário ou dia da semana. Mudanças feitas pelo Congresso garantem esse funcionamento inclusive em feriados, sem cobranças ou encargos adicionais.

Outra medida prevista na lei é o fim do e-Social, que será substituído por um sistema mais simples, de informações digitais e de obrigações previdenciárias a e trabalhistas.

A norma reforça que a emissão de novas carteiras de trabalho pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia ocorrerá "preferencialmente" em meio eletrônico, com o

número do CPF como identificação única do empregado. As carteiras continuarão a ser impressas em papel apenas em caráter excepcional.

O texto cria ainda a figura do abuso regulatório, para impedir que o poder público edite regras que afetem a exploração da atividade econômica.

O governo eliminou do texto aprovado no Congresso o dispositivo que permitia aprovação automática de licenças ambientais. Vetou também um item que flexibilizava testes de novos produtos ou serviços. Outro dispositivo vetado mencionava a criação de um regime de tributação fora do direito tributário. Foi vetada ainda a previsão da entrada em vigor da nova lei em 90 dias. Os vetos serão examinados em sessão conjunta do Congresso.

Sancionada antecipação de pagamento a peritos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a Lei 13.876, que autoriza o governo a antecipar o pagamento dos honorários dos peritos em ações de segurados carentes contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pedir concessão ou revisão de benefícios.

Na exposição de motivos do projeto que originou a lei (PL 2.999/2019), o Ministério da Economia argumenta que o Poder Judiciário costuma antecipar os honorários do perito nomeado pelo juiz e, quando a causa é concluída, o governo federal faz o ressarcimento. O problema é que as contas da Justiça Federal passaram a enfrentar problemas com o grande aumento das ações tratando de benefícios por incapacidade.

O texto sancionado deixa claro que o pagamento dos honorários deve ser antecipado pelo governo federal ao tribunal responsável pela cau-



Fernando Bezerra Coelho foi o relator do projeto no Senado em agosto

sa. E estende a determinação aos processos em andamento na Justiça Estadual, quando estiverem no exercício de competência delegada pela Justiça Federal.

No Senado, o relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que em 2017 o Judiciário tinha R\$ 172 milhões para as despesas com a assistência judiciária gratuita (que inclui essas perícias), mas o gasto passou de R\$ 211 milhões.

E em 2018, quando a previsão inicial mais uma vez foi de R\$ 172 milhões, demandou uma suplementação de R\$ 70 milhões ao final do ano.

O único artigo vetado foi o que excluía das competências do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) o julgamento das contestações apresentadas por empresas ao cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) por estabelecimento.

Eleições para cargos na OAB têm novos prazos e regras

Foi sancionada na sexta-feira a Lei 13.875, que dispõe sobre prazos e regras para participação nas eleições para membro dos órgãos da

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A norma também exige que o candidato tenha mais de três anos de exercício efetivo da profissão.

Telmário critica intervenção de Temer em Roraima

Telmário Mota (Pros-RR) disse que a intervenção federal em Roraima pelo então presidente Michel Temer, em 2018, fomentou a imigração em massa de venezuelanos, com falsas promessas de recursos, que variavam de R\$ 700 a R\$ 1,2 mil para aluguel. Segundo o senador, ainda havia transporte para a interiorização e alimentação custeada pelo governo federal, que transferiu R\$ 225 milhões para esse fim.



Styvenson sugere molde cívico-militar para duas escolas

Styvenson Valentim (Podemos-RN) informou ontem que indicou ao Ministério da Educação duas escolas do Rio Grande do Norte para serem geridas no modelo cívico-militar, com base no Decreto 9.465, de 2019.

— A escola nesse modelo é uma escola conhecida pelo rigor, por não admitir cabelos longos no sexo masculino. Não admite mecha no cabelo, brinco, maquiagens fortes, esmaltes escuros.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDH Médicos pelo Brasil**
9h Audiência sobre a gestão do programa de saúde. Às 14h, debate da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.
- CJ Advogado-geral da União**
9h Audiência com André Mendonça, da AGU.
- CAE Indicações para o Cade**
10h Após pauta de 9 itens, sabinas para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- CCJ Reforma da Previdência**
10h Emendas de Plenário à PEC 6/2019, que modifica o sistema de Previdência Social.
- CE Obras em creches**
11h Entre 13 itens, o PL 3.971/2019, que agiliza conclusão de obras de creches.
- CRE Voto no exterior**
11h Audiência para discutir a PEC 5/2005, que estende aos brasileiros residentes no exterior o direito de voto em eleições majoritárias.

- CTFC Local de pagamento de fatura**
11h30 O PLS 374/2017, que faculta o pagamento da fatura fora do estabelecimento do fornecedor, é um dos 8 itens.
- CMA Ex-diretor do Inpe**
14h Audiência com Ricardo Galvão.
- CONSELHO DE ÉTICA Presidente e vice**
14h Instalação e eleição.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A PEC 19/2014, que inclui acessibilidade entre os direitos, está na pauta.
- CMO Plano Plurianual**
14h30 Entre 8 itens, relatório do PLN 21/2019, que institui o PPA de 2020 e 2023.
- MP 890/2019 Médicos pelo Brasil**
14h30 Análise do relatório.
- MP 893/2019 Inteligência financeira**
14h30 Audiência sobre mudança do Coaf.
- CONGRESSO Vetos e LDO**
15h Análise de vetos e do PLN 5/2019, que trata da LDO 2020.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso pode votar LDO e vetos a bagagens grátis e abuso de autoridade

A lei orçamentária já foi aprovada pela Comissão de Orçamento, que manteve o reajuste do salário mínimo pelo IPCA, sem ganho real

O CONGRESSO NACIONAL se reúne em sessão conjunta hoje, às 15h, para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 (PLN 5/2019). É a quarta convocação para analisar a LDO, sem a qual não é possível elaborar o Orçamento do próximo ano.

A LDO foi aprovada no início de agosto pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e mantém a proposta original do Executivo de reajuste do salário mínimo para R\$ 1.040 em 2020, sem ganhos reais. Em relação ao valor atual (R\$ 998), o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação, neste ano.

O texto prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) — menor que o deste ano, de R\$ 139 bilhões. Desde 2014, as contas do governo federal estão no vermelho, e o texto prevê que essa situação perdure até 2022.

Vetos

Além da LDO, estão na pauta do Congresso 15 vetos presidenciais. Entre eles, destaca-se o da gratuidade para



Entre Eduardo Gomes e Marcos do Val, Davi Alcolumbre comanda sessão do Congresso realizada em agosto

bagagens de até 23 quilos nos aviões a partir de 31 assentos (Veto 20/2019), que aguarda deliberação há três meses.

A gratuidade havia sido incluída pelo Congresso em medida provisória que liberou capital estrangeiro em companhias aéreas (MP 863/2018). Ao sancionar a norma (Lei 13.842, de 2019), Bolsonaro retirou do texto essa isenção, mantendo em vigor a gratuidade apenas para bagagens de mão até 10 quilos.

Um veto mais recente é o que extinguiu vários trechos da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869, de 2019). Das 53 condutas tipificadas como abusivas, 23 foram vetadas (Veto 31/2019).

Também constam da pauta vetos a itens dos projetos que deram origem ao Estatuto da Liberdade Econômica (Lei 13.874, de 2019 — Veto 32/2019) e à lei que autoriza a internação compulsória de dependentes químicos (Lei 13.840 de 2019 — Veto 19/2019).

Projeto flexibiliza local para pagar cartão emitido por lojas

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) analisa hoje, a partir das 11h30, proposta para inibir a imposição, pelas lojas de departamento, do pagamento da fatura de cartões de própria emissão unicamente em guichê do estabelecimento. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 374/2017 é de Kátia Abreu (PDT-TO).

De acordo com ela, as lojas de departamento concedem descontos diferenciados e vantagens para quem opta pelo uso de seus cartões, mas, em contrapartida, exigem que o pagamento da fatura seja feito somente no estabelecimento, obrigando o cliente a retornar à loja. Para a senadora, a obrigação é um fator que o induz a fazer novas compras. “A nosso ver, o consumidor deve ter o direito de pagar a fatura pelo meio que lhe for mais conveniente, podendo



Objetivo de Kátia Abreu é trazer conforto e facilidade ao cliente

fazê-lo no estabelecimento do fornecedor, no banco, na loja lotérica ou por qualquer outra modalidade”, defende.

Para o relator, Renan Calheiros (MDB-AL), o projeto merece aprovação, pois protege o consumidor sem impor obrigações excessivas às lojas e elimina uma obrigação descabida aos clientes.

Análise da PEC da reforma da Previdência é adiada para amanhã

O Senado deve votar amanhã, em primeiro turno, a PEC da reforma da Previdência (PEC 6/2019). A proposta entra na ordem do dia, a partir das 16h, depois que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) votar o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com a análise das 77 emendas apresentadas à proposta em Plenário. A reunião da CCJ com esse objetivo está marcada para hoje, a partir das 10h.

Anteriormente prevista para a tarde de hoje, a análise da PEC da Previdência foi adiada em um dia para que os senadores participem da reunião do Congresso.

Relator da PEC da Previdência, Tasso Jereissati (PSDB-CE) acatou apenas uma emenda supressiva, para não prejudicar o acesso

à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e corrigiu a redação do trecho que inclui os informais entre os trabalhadores de baixa renda que terão acesso ao sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas favoráveis.

Foram rejeitadas as emendas com temas ligados a servidores públicos, mudanças em pensões, idade mínima, regras de transição, aposentadorias especiais, cálculo da aposentadoria, abono salarial e regras especiais para grupos específicos. Ainda assim, senadores como Paulo Paim (PT-RS) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) disseram que vão tentar aprovar destaques ao texto durante a discussão no Plenário.

Proposta prevê Imposto de Renda sobre lucros e dividendos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, a partir das 10h, proposta que prevê a cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos por pessoa jurídica a sócio ou acionista (seja ele pessoa física ou jurídica).

O projeto (PL 2.015/2019), de Otto Alencar (PSD-BA), elimina a atual isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre lucros e dividendos e estabelece o percentual em 15%, descontado na fonte. Assim, os resultados financeiros pagos, remetidos ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a outras pessoas jurídicas ou físicas, residentes no Brasil ou no exterior, terão a cobrança do imposto. A isenção está prevista na Lei 9.249, de 1995. O texto deixa a tributação



Projeto de Otto estabelece em 15% o percentual descontado

mais dura para quem tem domicílio em país ou dependência com tributação favorecida, com alíquota máxima do IR inferior a 17%, ou é beneficiário de regime fiscal privilegiado (os popularmente conhecidos paraísos fiscais): nestes casos, a alíquota cobrada será de 25%. O relator, Jorge Kajuru (Cidadania-GO), é favorável.

Reforma vai tirar direitos trabalhistas, afirma Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) disse ontem que a reforma da Previdência (PEC 6/2019) tem por único objetivo retirar direitos fundamentais, que, na opinião dele, foram conquistados pela consciência de classe social e com muita luta pelo exercício do Estado democrático de direito.

Segundo o senador, o discurso do governo e dos defensores da reforma é que ela se faz necessária para ajustar as contas e solucionar o déficit. No entanto, ele entende que essa conta acabará sendo paga pela classe trabalhadora, que perderá direitos adquiridos e garantidos pela Constituição.

Para Paim, trabalhador em atividade de risco será prejudicado

Paulo Paim (PT-RS) aproveitou o Dia Nacional do Agente de Trânsito, comemorado ontem, para pedir aos senadores que retirem da reforma da Previdência (PEC 6/2019) o dispositivo que acaba com a aposentadoria especial para trabalhadores em área de grande risco. A votação deve ocorrer amanhã.

— Se colocarmos dependentes na família, chegaremos a mais de 100 mil prejudicados, só na categoria dos profissionais de trânsito. Se pegarmos os vigilantes, são mais de 4 milhões. Calculemos os guardas municipais, os eletricitários e quem trabalha em áreas consideradas de alto risco. Chegaremos a mais de 20 milhões de pessoas — disse.

Gurgacz alerta para corte de verba em áreas estratégicas

Acir Gurgacz (PDT-RO) alertou ontem para o impacto dos cortes de recursos em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, previstos no projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 (PL 22/2019, do Congresso Nacional). Para o senador, a proposta encaminhada pelo Executivo compromete setores como educação, ciência, tecnologia e infraestrutura, além dos programas sociais.

Ele informou que a previsão para este ano é de uma arrecadação de R\$ 1,5 trilhão, 4% maior do que no ano passado, e pediu que o Congresso avalie alternativas aos cortes sugeridos pelo governo federal.

Marcos Rogério quer plano nacional para desenvolver a Amazônia

Apesar de reconhecer a Amazônia como maior bacia hidrográfica do planeta, com importantes reservas minerais e a maior biodiversidade mundial, Marcos Rogério (DEM-RO) lamentou em Plenário que a região ainda não se destaque como prioridade de um plano nacional de desenvolvimento. Para o senador, a Amazônia é lembrada apenas quando a mídia nacional e internacional destaca índices de desmatamento. Na avaliação de Marcos Rogério, é preciso criar novas instituições públicas de ensino conectadas com os reais problemas de quem vive na região e apresentem modelos de gestão inovadores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Izalci lamenta assassinato de padre Casemiro, em Brasília

Izalci Lucas (PSDB-DF) apresentou em Plenário voto de pesar pela morte do padre Kazimierz Wojno, durante assalto na paróquia Nossa Senhora da Saúde, em Brasília. De origem polonesa, Casemiro, como era conhecido pelos brasilienses, vivia no Brasil há 40 anos. O senador destacou que o crime, com requintes de crueldade, chocou a cidade. Segundo Izalci, o sacerdote, de 71 anos, era um homem muito trabalhador e carinhoso com a comunidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Infelizmente a violência em Brasília está tomando proporções inimagináveis e certamente merece atenção redobrada por parte das autoridades.

Para Girão, morte de religioso reflete aumento da violência

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) lamentou ontem em Plenário o assassinato do padre polonês Kazimierz Wojno, conhecido como padre Casemiro, dentro do terreno da Paróquia Nossa Senhora da Saúde, em Brasília.



Waldemir Barreto/Agência Senado

A tragédia, disse o senador, entra para as estatísticas do país em que cerca de 60 mil pessoas são assassinadas por ano. Para ele, o alto número de homicídios é resultado da falta de punição e da divulgação de vídeos com imagens das vítimas.

— Quando a gente compartilha esse tipo de vídeo, quando a gente passa para frente, isso só faz aumentar a violência.

Convidados pedem apoio a portadores de doença rara

Comissão de Direitos Humanos discutiu a proteção às pessoas que têm xeroderma pigmentoso, uma enfermidade que causa câncer de pele e de órgãos internos, mutila e provoca intensa dor

A NECESSIDADE DE medidas para atender as pessoas que têm xeroderma pigmentoso (XP) foi apontada ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos, conduzida por Paulo Paim (PT-RS). A doença rara é caracterizada por uma extrema sensibilidade à radiação ultravioleta (presente nos raios solares).

A geneticista da Sociedade Brasileira de Dermatologia, Francielli Andrade afirmou que a causa do XP é um problema nas enzimas que reparam danos nas moléculas de DNA e que, por isso, os pacientes envelhecem mais rápido. Esses danos são causados por poluição, radiação, envelhecimento natural e outros fatores.

A dermatologista Fernanda Carvalho explicou que os sintomas são vermelhidão, ressecamento, lesões da pele e sardas, entre outros.

— Há o aumento de duas mil vezes a incidência de melanoma, que é o câncer de pele mais agressivo [...]. A frequência de cânceres de pele do tipo carcinoma é dez mil vezes maior. Temos o aumento em 12 vezes do risco de cânceres internos, em especial os cerebrais.

Fernanda disse que a incidência de XP no mundo é de um caso a cada milhão de habitantes. Mas no vilarejo de Araras, em Goiás, a taxa é de um caso da doença a cada 40 habitantes. São 24 doentes e 200 portadores do gene no distrito, que tem cerca de 800



Jaqueline Misael, Paulo Paim e Gleice Machado durante o debate

moradores. O geneticista do Hospital Geral de Goiânia (HGG) Ricardo Barbosa explicou que o povoado foi fundado por poucas famílias e os casamentos consanguíneos acabaram por disseminar o gene do XP na comunidade.

A chefe do Laboratório de XP do HGG, Larissa Pimentel, comentou que uma das esperanças é a imunoterapia, já que os tumores inibem o sistema imunológico.

Sempre que uma nova lesão aparece, ela precisa ser tratada com urgência para não evoluir, advertiu a representante da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso, Gleice Machado.

Direitos

A psicóloga e bioeticista Telma Noletto destacou a dor física, emocional, social e espiritual das pessoas que ficam desfiguradas pela doença. Rosto, pescoço e braços são as áreas mais castigadas pelo XP, por estarem mais expostos à luz solar. Telma

explicou que a doença degenera a pele, as cartilagens da face e provoca dor física.

De acordo com a juíza Alessandra do Amaral, da cidade de Goiás (GO), o XP não está incluído na política de atenção às pessoas com doenças raras (Portaria 199/2014 do Ministério da Saúde). Ela pediu à Câmara dos Deputados a aprovação do PL 3.805/2012, que elimina a carência para a concessão do auxílio doença e da aposentadoria por invalidez. Já aprovado pelo Senado, o texto original (PLS 553/2011) é da ex-senadora Lúcia Vânia (GO).

A advogada da ONG Instituto Vidas Raras Regina Próspero defendeu também a aprovação, pela Câmara, do PL 1.606/2011, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a liberar medicamentos para doenças raras e graves que não estão no rol de medicamentos excepcionais. O texto já foi aprovado no Senado.

Comissão analisará Programa Médicos pelo Brasil

O orçamento do Programa Mais Médicos — a ser substituído pelo Programa Médicos pelo Brasil — será tema de audiência pública hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Por iniciativa dos senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Zenaide Maia (Pros-RN), a comissão vai debater o financiamento e os gastos do programa,

a distribuição dos profissionais de saúde e o impacto sobre os recursos humanos em cada município.

Os senadores querem avaliar também qual a percepção de usuários, profissionais e gestores sobre os resultados do programa, uma vez que o Mais Médicos foi escolhido pela CDH como objeto da atividade de avaliação de

políticas públicas em 2019.

Para discutir o programa foram convidados a conselheira nacional de saúde Francisca Valda da Silva e representantes da Associação Médica Brasileira (AMB), do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB), da Escola Paulista de Medicina e do Ministério da Saúde.

Voto no exterior em deputados será debatido

A proposta de emenda à Constituição que estende aos brasileiros residentes no exterior o direito de voto em eleições para deputado é o tema da audiência hoje na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Além do ex-senador Cristovam Buarque, um dos autores

da PEC 5/2005, foram convidados a diretora do Departamento Consular do Ministério das Relações Exteriores, Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva, e os representantes de comunidades brasileiras no exterior Ester Sanches-Naek e Jorge Costa.

Arquivada ao fim da legisla-

tura anterior, a proposta tramitava desde 2005 e chegou a ser aprovada em primeiro turno em 2009. Cristovam justifica a proposição argumentando que a impossibilidade de votação para deputados “pode favorecer o distanciamento entre brasileiros residentes no exterior e seu país”.

Confúcio destaca manifestações pelo meio ambiente

Confúcio Moura (MDB-RO) manifestou entusiasmo ontem com a greve global pelo clima. A mobilização, ocorrida em 130 países no dia 21 de setembro, denunciou ações pró-aquecimento global.

O senador destacou o papel da educação ambiental na tomada de consciência e lembrou que, para reduzir a degradação ambiental, bastam medidas como o reaproveitamento da água da chuva, o descarte adequado de produtos e a economia de energia elétrica.

— Que riqueza é essa que mata as pessoas? Então, essa menina lindíssima nas ruas, fazendo discursos! Isso é um grito novo para o mundo.

Wellington defende criação de novos cursos de medicina no país

Wellington Fagundes (PL-MT) anunciou em Plenário que está trabalhando para rever a Portaria 328, de 2018, do Ministério da Educação, que impede a criação de novos cursos de medicina até 2023, e congela o número de vagas nos cursos existentes durante o mesmo período. O senador destacou que vai discutir o tema amanhã com o chefe da pasta, Abraham Weintraub.

— Considero inadmissível comprometer o desenvolvimento de um país e o atendimento à população naquilo que é um direito humano fundamental, o direito à saúde. E a formação profissional também é essencial nesse processo.

Jean Paul comemora criação da Rede RN de Educação Profissional

Jean Paul Prates (PT-RN) comemorou em Plenário o acordo firmado entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e o governo potiguar para a criação da Rede RN de Educação Profissional, Ciência, Tecnologia e Inovação. A medida, segundo Jean Paul, marca o início de mais um projeto de educação no estado. O senador fez o anúncio no dia em que o IFRN comemora os 110 anos de fundação. Três unidades da instituição se classificaram entre as dez melhores escolas potiguares no Enem em 2018. Na Olimpíada Nacional de História, o IFRN foi o maior premiado do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado